

2025

Turismo brasileiro tem faturamento recorde

O turismo brasileiro faturou R\$ 185 bilhões de janeiro a outubro de 2025 e bateu recorde em valores já registrados no setor. Segundo levantamento mais recente da Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FecomercioSP), com base em informações do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ano passado foi histórico para o turismo brasileiro e consolidou uma trajetória de crescimentos consecutivos, especialmente na arrecadação. Os dados da FecomercioSP mostram que o faturamento de 2025 foi o maior desde que a pes-

quisa começou a ser realizada, em 2011. Em comparação com o mesmo período de 2024, a alta foi de 6,4%. Praticamente todos os segmentos analisados tiveram avanços. O destaque ficou para o transporte aéreo de passageiros, que apontou um faturamento de R\$ 48 bilhões. **PÁGINA 3**

TRAMA GOLPISTA

Moraes nega novo recurso de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta terça-feira mais um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, que buscava novamente reverter a pena de 27 anos e três meses de prisão à qual ele foi condenado por liderar uma tentativa de golpe de Estado. Os advogados de Bolsonaro protocolaram o novo recurso na segunda-feira passada. No agravo regimental, a defesa pleiteava levar o caso para discussão no plenário do Supremo, alegando que o Regimento Interno do Supremo não prevê quórum mínimo para que o colegiado julgue recursos contra decisões das turmas. Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma do Supremo em setembro. Pouco depois, a defesa entrou com uma apelação do tipo embargos infringentes, que permite à defesa insistir pela absolvição e usar argumentos de algum voto divergente. **PÁGINA 7**

CUSTO ELEVADO

Ministério não vai incorporar vacina herpes zóster ao SUS

PÁGINA 5

SÃO PAULO

Polícia prende 3 envolvidos na morte de ex-delegado

PÁGINA 4

ESCOLHA DE LULA

Wellington Lima e Silva é o novo ministro da Justiça

RICARDO STUCKERT



O advogado Wellington César Lima e Silva (**foto à direita**) é o novo ministro da Justiça e Segurança Pública. Ele foi convidado para assumir o cargo em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, segundo nota do Palácio do Planalto. A nomeação de Wellington Silva será publicada em edição extra, ainda hoje, no Diário Oficial da União. Ele irá substituir Ricardo Lewandowski. Wellington Silva es-

tava como advogado-geral da Petrobras. É a segunda vez que ocupa o cargo de ministro da Justiça, pois já chefiou a pasta durante a gestão de Dilma Rousseff. Ele também foi secretário especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República na atual gestão. Em sua trajetória, já ocupou os cargos de procurador-geral da Justiça da Bahia e procurador-geral de Justiça adjunto para Assuntos Jurídicos. **PÁGINA 6**

CORRUPÇÃO

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



Haddad diz que caso Master pode ser a maior fraude bancária do país

O caso envolvendo o Banco Master pode se configurar como a maior fraude bancária da história do país, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). Segundo ele, o governo acompanha de perto a atuação do Banco Central (BC) e mantém diálogo permanente com a autoridade monetária desde a decretação da liquidação da instituição financeira. “O caso (Master) inspira muito cuidado, podemos estar diante da maior fraude bancária da história do país, podemos estar diante disso. Então temos que tomar todas as cautelas devidas, com as formalidades, garantindo todo o espaço para a defesa se explicar, mas, ao mesmo tempo, sendo bastante firmes em relação àquilo que tem que ser defendido, que é o interesse público”, disse o ministro. **PÁGINA 2**

INDICADORES											
IBOVESPA -0,07% / 163.249,06 / -121,25 / Volume: 18.024.641.771 / Negócios: 3.506.944				Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,01% (dez.)
Mais Negociados				Fechamento				Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,25% (dez.)
								Taxa Selic	15%	CDI	14,90%
								(10/12)		(10/12)	
								TR	0,1602%	OURO	
								(13/01)		BM&F/grama/RJ	R\$ 794,48
								Poupança	0,6610%	EURO Comercial	
								(13/01)		Compra: 6,2691	Venda: 6,2697
										EURO turismo	
										Compra: 6,3421	Venda: 6,5221
										DÓLAR Ptax - BC	
										Compra: 5,3760	+0,10%
										DÓLAR comercial	
										Compra: 5,3713	Venda: 5,3719
										DÓLAR turismo	
										Compra: 5,3977	Venda: 5,5777

MERCADOS

Bovespa reflete cautela externa e cai 0,72%, abaixo de 162 mil pontos

Luís Eduardo Leal/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve na defensiva ao longo desta terça-feira, em baixa desde a abertura, aos 163.146,26 pontos. Ao fim, marcava 161.973,05 pontos, com perda de 0,72% na sessão, em que na mínima buscou os 161.765,08 pontos. Na semana, em dois pregões, retrocede 0,86%, limitando o ganho do mês e do ano a 0,53%. O giro financeiro foi a R\$ 24,9 bilhões.

Na sessão, o desempenho negativo do setor financeiro, o de maior peso no índice, neutralizou o efeito da forte alta de Petrobras (ON +3,41%, PN +2,57%) e, em menor grau, de Vale (ON +0,82%). Entre os bancos, as perdas ficaram entre 0,81% (Itaú PN, na mínima do dia no fechamento) e 3,06% (Banco do Brasil ON). Na ponta ganhadora do índice, além dos dois papéis de Petrobras, destaque também para Gerdau (+1,93%), Metalúrgica Gerdau (+1,83%) e CSN (+1,31%). No lado contrário, Hapvida (-8,39%), Yduqs (-4,75%), Vivara (-4,59%) e Magazine Luiza (-4,43%).

No exterior, destaque nesta terça-feira, em Londres e Nova York, para ganhos acima de 2% para o petróleo, em meio às tensões no Irã e à retórica crescente dos Estados Unidos sobre os protestos no país do Oriente Médio. O número de mortos subiu para pelo menos 2 mil, segundo ativistas, com iranianos conseguindo fazer ligações telefônicas para o exterior pela primeira vez em dias, após as autoridades te-

rem cortado as comunicações. O total de mortos, reportado pela Human Rights Activists News Agency, com sede nos Estados Unidos, supera em muito o de qualquer outra onda de protestos no Irã em décadas. E o presidente dos EUA, Donald Trump, tem indicado que se a repressão aos manifestantes continuar resultando em mortes, não descartará uma intervenção militar com Israel para derrubar o regime dos aiatolás.

DÓLAR

Após trocar de sinais pela manhã, o dólar firmou sinal positivo contra o real e renovou máximas intradia na segunda metade do pregão. Por fim, encerrou próximo da estabilidade, tendo como pano de fundo o fortalecimento da divisa americana globalmente diante das críticas do presidente Donald Trump ao chair do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, e após o índice de preços ao consumidor (CPI) dos Estados Unidos não trazer mudanças substanciais para as expectativas sobre os juros americanos em 2026. O petróleo no maior nível desde o fim de 2025 deu certo amparo para a moeda brasileira, exportadora da commodity. O dólar à vista fechou em alta de 0,06%, a R\$ 5,3759, oscilando dos R\$ 5,3649 na mínima pela manhã até R\$ 5,394 na máxima por volta das 13h20 ontem. Assim, reduz a queda em 2026 para -2,06%. No contrato futuro para fevereiro, caiu 0,08%, a R\$ 5,397, com liquidez ainda reduzida.

PETROBRAS

Campo de Tupi/Iracema volta a atingir produção de 1 mi de barris por dia

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Petrobras informou nesta que o Campo de Tupi/Iracema, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, atingiu a produção de 1 milhão de barris por dia na última sexta-feira, repetindo a marca alcançada, pela primeira vez, em 2019. Em comunicado, a estatal disse que o resultado reforça o pré-sal como uma das fronteiras mais competitivas da indústria. "Sempre acreditamos que Tupi/Iracema poderia voltar a produzir nos níveis do passado", disse por meio de nota a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. "Esse ativo é o nosso primeiro campo gigante do pré-sal, com jazidas de grande produtividade. Estamos muito orgulhosos em agora operar dois gigantes, com potencial acima de 1 milhão de barris por dia: Tupi/Iracema e Búzios."

Tupi/Iracema é operado pela Petrobras, com os parceiros Shell e Galp, e a PPSA, representante da União na Jazida Compartilhada de Tupi. Segundo a estatal, ao longo de 2025, 11 poços foram interligados ao campo, que conta agora com mais de 150 poços perfurados. A diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, pontua que o retorno de Tupi/Iracema à produção de 1 milhão de barris por dia reforça o pré-sal como uma das fronteiras mais competitivas da indústria global e um "celeiro de inovações" ao longo de 16 anos. "É uma combinação única de reservas gigantes, alta produtividade, petróleo com menor pegada de carbono e eficiência acima da média."

A companhia diz que estuda a construção de outros poços em Tupi/Iracema, além de avaliar a possibilidade de uma nova plataforma, a partir de 2031, e da extensão da vida útil de algumas das nove existentes. A implementação está sujeita às aprovações necessárias pelo consórcio e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

PRÉ-SAL

O pré-sal representa cerca de 80% da produção da Petrobras. Das 57 plataformas de produção operadas pela estatal, 28 estão exclusivamente no pré-sal que, em janeiro de 2025, alcançou produção acumulada de 7 bilhões de barris de petróleo, liderada pelos três maiores campos em operação nessa camada: Tupi/Iracema, Búzios, o maior do mundo em águas ultraprofundas, e Mero.

FENABRAVE

Venda de carros e comerciais leves cresce 2,58% em 2025

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

As vendas de novos automóveis e comerciais leves, como picapes e furgões, apresentaram, em 2025, desempenho positivo com crescimento de 2,58% em relação a 2024. Ao todo, foram emplacadas 2.549.462 unidades. O balanço foi divulgado ontem, em São Paulo, pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Somando-se a venda de ônibus e caminhões com a de comerciais leves, o resultado também foi positivo, com o emplacamento de 2.689.179 unidades, o que representou aumento de 2,08% comparada a 2024.

Já quando se considera o emplacamento de todos os segmentos somados (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos), o crescimento foi 8,02% no período, com a comercialização de 5.124.544 unidades.

DEZEMBRO

Em dezembro, a venda de automóveis e comerciais leves cresceu 17,59% em relação a novembro e 9,60% na comparação com dezembro de 2024, totalizando 267.117 unidades emplacadas. Considerando-se o emplacamento de todos os segmentos em dezembro, o setor apresentou crescimento de 12,28% em relação a novembro e de 14,97% em relação a dezembro de 2024, somando 492.468 veículos.

mento de todos os segmentos em dezembro, o setor apresentou crescimento de 12,28% em relação a novembro e de 14,97% em relação a dezembro de 2024, somando 492.468 veículos.

COMERCIAIS LEVES

O licenciamento de carros e veículos comerciais leves, como picapes e furgões, deve crescer cerca de 3% neste ano, com a venda de mais de 2,6 milhões de unidades, projeta a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

No ano passado, a venda de automóveis e veículos comerciais novos teve um desempenho positivo, com aumento de 2,58% em relação ao ano anterior, com 2,5 milhões de unidades comercializadas.

Quando se soma os resultados esperados para os segmentos de caminhões e ônibus, a expectativa para este ano é de crescimento de 3,02%, com quase 2,8 milhões de unidades vendidas. No ano passado, todos esses segmentos somados - automóveis, veículos leves, ônibus e caminhões - cresceram 2,08%, com o licenciamento de 2,7 milhões de unidades.

No entanto, esse setor poderia estar crescendo ainda mais, avalia Tereza Fernandez, economista da Fenabrave.

“Nós estamos longe inclusive de atingir o pico de 2011 [quando foram vendidas 3,4 milhões de unidades de automóveis e comerciais leves e 3,6 milhões de unidades englobando caminhões e ônibus]. Mas as condições macroeconômicas estão impedindo que a gente cresça mais. Nós estamos com um nível de endividamento das famílias muito alto e os juros não devem cair na velocidade esperada. Então isso tudo é impeditivo para você ter um crescimento maior no setor”, explicou.

SEGMENTOS SOMADOS

Para todo o setor, o que englobaria os segmentos somados (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos), a federação projeta crescimento de 6,10 % para este ano, puxado principalmente pelo segmento de motocicletas, cujo crescimento é esperado em torno de 10%.

No ano passado, todos os segmentos somados fecharam com um aumento de 8%, com 5,1 milhões de unidades emplacadas.

Já o segmento de caminhões, que teve um desempenho bem aquém em 2025 por causa das dificuldades de crédito e do endividamento de empresas do setor agropecuário, a expectativa é pa-

ra um crescimento em torno de 3%. No entanto, lembrou a economista da Fenabrave, esse crescimento se dará sobre uma base negativa, uma vez que o segmento de caminhões fechou o ano de 2025 com queda de 8,65%.

“Foi muito bom o programa do governo anunciado neste ano (o Move Brasil, que oferece crédito para a compra de caminhões) porque isso vai contribuir para não ser um número negativo (de crescimento) e para a gente ter um desempenho positivo no segmento neste ano”, disse a economista.

Mas esse desempenho, avalia Tereza Fernandez, poderia ser ainda maior se não fossem os problemas macroeconômicos do país. “O crescimento sustentável no Brasil está difícil de obter porque, em razão do risco inflacionário, está se segurando os juros”, analisa.

Tereza Fernandez acrescenta que não se consegue sair efetivamente dessa questão pelo risco fiscal.

“Sem isso, talvez a gente tivesse um desempenho um pouco melhor. A gente está com um crescimento [estimado] de 3,5% para caminhões este ano. Poderia ser 5% ou 6 %. Existe espaço para isso e necessidade, visto que 65% de tudo que eu produzo, eu carrego em um caminhão.

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Levantamento realizado no Sistema Nacional de Gravames (SNG), operado pela B3 e que registra as operações de financiamento de compras de veículos automotivos no país, demonstra que 2025 teve alta de 2% nos financiamentos para esses itens, com um total de 7,3 milhões de unidades financiadas. O levantamento mostra que é a terceira alta seguida, o que indica tendência de alta consolidada, além do melhor resultado em unidades desde 2011.

Os estados do Nordeste e do Norte tiveram aumento, respectivamente, de 12,3% e 9,8%, o que foi determinante para o resultado positivo. Entre os finan-

ciamentos, veículos novos foram 2,6 milhões de unidades, mais de 50% do total de vendas, que até novembro foram 4,6 milhões de unidades, segundo a Fenabrave, associação de empresas do setor. Os usados foram 4,6 milhões de unidades, mas o país carece de dado público consolidado sobre o total de vendas para esse tipo de veículo,

em 2025. O levantamento da B3 indica ainda que, entre os veículos financiados no ano passado, 41,9% foram comercializados na Região Sudeste, incluindo novos e usados. Na sequência estão as regiões Sul, com 20,2%, Nordeste, com 19,5%, Centro-Oeste, com 10,6%, e Norte, com 7,9% do total de financiamentos.

CORRUPÇÃO

Haddad diz que caso Master pode ser a maior fraude bancária do país

WELLTON MÁXIMO /ABRASIL

O caso envolvendo o Banco Master pode se configurar como a maior fraude bancária da história do país, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo acompanha de perto a atuação do Banco Central (BC) e mantém diálogo permanente com a autoridade monetária desde a decretação da liquidação da instituição financeira.

“O caso (Master) inspira muito cuidado, podemos estar diante da maior fraude bancária da história do país, podemos estar diante disso. Então temos que tomar todas as cautelas devidas, com as formalidades, garantindo todo o espaço para a defesa se explicar, mas, ao mesmo tempo, sendo bastante firmes em relação àquilo que tem que ser defendido, que é o interesse público”, disse o ministro ao chegar ao Ministério da Fazenda.

Haddad informou que tem conversado diariamente com o presidente do Banco Central, Gabriel Galpólo, e fez questão de manifestar apoio público ao trabalho conduzido pelo BC no caso.

“Estou absolutamente seguro com o trabalho que o Galpólo e a equipe fizeram”, afirmou Haddad, durante conversa com jornalistas na portaria do Ministério da Fazenda, em Brasília.

“Eu já disse isso, é um trabalho muito robusto”, reforçou.

Haddad ressaltou que a condução do processo exige rigor técnico e transparência, diante da gravidade das suspeitas e do potencial impacto sobre o sistema financeiro nacional.

TCU

O ministro também revelou que tratou do assunto com o

presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo. Segundo ele, houve avanços na interlocução entre os órgãos de controle e o Banco Central.

De acordo com Haddad, a reunião realizada na segunda-feira (12) entre Galpólo, Vital do Rêgo e o relator da apuração no TCU, Jhonatan de Jesus, indicou uma convergência de entendimento sobre os procedimentos adotados pelo BC na liquidação do Banco Master.

“Aparentemente, houve uma boa convergência em relação à leitura dos fatos e à importância da apuração”, disse Haddad.

IMPACTO SOBRE FGC

Ao comentar os desdobramentos do caso, o ministro destacou a relevância do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), responsável por proteger depositantes em situações de quebra

bancária. O ministro lembrou que o fundo é abastecido não apenas por bancos privados, mas também por instituições públicas.

“O FGC é composto por recursos de todo o sistema, inclusive de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal”, afirmou.

Após a liquidação do Banco Master, o FGC deverá honrar depósitos elegíveis de até R\$ 250 mil por pessoa física, conforme as regras vigentes. O titular da Fazenda ressaltou que o episódio reforça a importância de mecanismos de proteção ao sistema financeiro e aos correntistas.

Para Haddad, a investigação completa do caso será fundamental para esclarecer responsabilidades e evitar que episódios semelhantes voltem a ocorrer.



FECOMÉRCIO

Turismo tem faturamento recorde de R\$ 185 bi em 2025

CRISTIANE RIBEIRO/ABRASIL

O turismo brasileiro faturou R\$ 185 bilhões de janeiro a outubro de 2025 e bateu recorde em valores já registrados no setor. Segundo levantamento mais recente da Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FecomercioSP), com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ano passado foi histórico para o turismo brasileiro e consolidou uma trajetória de crescimentos conse-

cutivos, especialmente na arrecadação. Os dados da FecomercioSP mostram que o faturamento de 2025 foi o maior desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 2011. Em comparação com o mesmo período de 2024, a alta foi de 6,4%. Praticamente todos os segmentos analisados tiveram avanços. O destaque ficou para o transporte aéreo de passageiros, que apontou um faturamento de R\$ 48 bilhões, e uma alta de 10,2% na comparação com o período de janeiro a ou-

tubro de 2024. O setor de alimentação também aparece com bons números. O faturamento chegou a R\$ 28,3 bilhões, nos dez meses de 2025, uma alta de 6,2% no mesmo comparativo. O maior crescimento percentual ficou com o setor de alojamento, que, de janeiro a outubro, faturou R\$ 22,6 bilhões. Um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2024. Isoladamente, o mês de outubro de 2025 também registrou recorde histórico, com fatura-

mento de R\$ 19,4 bilhões, um crescimento de 6,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O décimo mês do ano foi o terceiro melhor resultado da série histórica anual, ficando atrás apenas dos meses de janeiro, quando o faturamento do setor alcançou R\$ 21,2 bilhões, e julho, com R\$ 197 bilhões. No acumulado do ano, os maiores aumentos do faturamento no setor foram registrados no Rio Grande do Sul (13,5%), Amazonas (11,1%) e Bahia (9,6%).

EXPORTAÇÕES

Brasil movimentou quase US\$ 3 bi em comércio com Irã em 2025

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil manteve um comércio de quase US\$ 3 bilhões com o Irã em 2025, apesar de o país persa representar apenas 0,84% das exportações brasileiras. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) mostram que as vendas brasileiras para Teerã somaram US\$ 2,9 bilhões no ano passado, consolidando o Irã como o quinto principal destino das exportações nacionais no Oriente Médio. Embora ocupe a 31ª posição no ranking geral dos destinos das exportações brasileiras, o Irã aparece atrás apenas de Emirados Árabes Unidos, Egito, Turquia e Arábia Saudita na região. No ano passado, as vendas brasileiras ao país superaram as destinadas a mercados como Suíça, África do Sul e Rússia. O comércio bilateral é fortemente concentrado no agronegócio. Em 2025, milho e soja responderam por 87,2% das exportações brasileiras ao Irã. Somente o milho representou 67,9% do

total, com vendas superiores a US\$ 1,9 bilhão, enquanto a soja respondeu por 19,3%, somando cerca de US\$ 563 milhões. Também figuram entre os principais produtos exportados açúcares e itens de confeitaria, farelos de soja para alimentação animal e petróleo. As importações brasileiras provenientes do Irã, por sua vez, foram bem mais modestas. Em 2025, o Brasil comprou cerca de US\$ 84 milhões do país do Oriente Médio, com destaque para adubos e fertilizantes, que responderam a aproximadamente 79% do total, além de frutas, nozes, pistaches e uvas secas. A relação comercial entre os dois países tem apresentado oscilações nos últimos anos. Em 2022, as exportações brasileiras ao Irã atingiram US\$ 4,2 bilhões, o maior valor da série recente, antes de recuarem em 2023 e voltarem a crescer em 2024 e 2025. Do lado das importações, os volumes variaram de forma ainda mais acentuada, com quedas expressivas em 2023 e recuperação no ano passado.

AMEAÇA DE TRUMP

O tema ganhou nova dimensão após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar na segunda-feira passada que irá impor tarifas de 25% sobre países que mantiverem relações comerciais com o Irã. Segundo o republicano, a taxa será aplicada “sobre todas as transações comerciais realizadas com os Estados Unidos” por esses países e entraria em vigor imediatamente, embora a Casa Branca ainda não tenha divulgado detalhes formais da medida. O anúncio acendeu um alerta sobre possíveis impactos ao comércio brasileiro, sobretudo no agronegócio, principal beneficiário da relação com Teerã. O governo federal informou que aguarda a publicação da ordem executiva americana para se manifestar oficialmente sobre o tema.

INICIATIVAS

A aproximação comercial entre Brasil e Irã também tem sido acompanhada por iniciativas diplomáticas. Em abril de 2024, o

ministro da Agricultura do Irã visitou o Brasil e se reuniu com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro. Na ocasião, os dois países concordaram com a criação de um comitê agrícola e consultivo bilateral, com o objetivo de agilizar pautas de interesse comum, ampliar o intercâmbio técnico e discutir medidas para facilitar o comércio. Durante a visita, o governo iraniano também demonstrou interesse em instalar uma empresa de navegação no Brasil, o que poderia reduzir custos logísticos e impulsionar ainda mais o fluxo comercial entre os dois países. Desde agosto de 2023, o Irã integra o Brics, bloco do qual o Brasil é membro fundador. A possível imposição de tarifas pelos Estados Unidos ocorre em meio ao aumento das tensões entre Washington e Teerã, marcadas por ameaças mútuas, repressão a protestos internos no Irã e declarações recentes de autoridades dos dois países sobre a possibilidade de negociações, sem descartar um agravamento do conflito

Lula defende garantia à sociedade de estabilidade jurídica, fiscal e social

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



CÍCERO COTRIM, GABRIEL DE SOUSA E FLÁVIA SAID/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (foto), disse, ontem, que o governo tem de trabalhar para construir previsibilidade e estabilidade no País, tanto fiscal quanto jurídica. Ele afirmou que essas qualidades são necessárias para que as pessoas confiem umas nas outras. "A gente tem que garantir à sociedade estabilidade fiscal, a gente tem que garantir a estabilidade social e a gente tem que garantir previsibilidade nesse País, e tudo é possível ser feito quando a gente aprende a conviver democraticamente na diversidade", disse Lula. Ele participou de uma cerimônia de lançamento da plataforma digital da reforma tributária, na sede do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) em Brasília. Na mesma oportunidade, o presidente sancionou o projeto de lei complementar (PLP) 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e conclui a regulamentação da reforma tributária. O Palácio do Planalto não informou se houve vetos ao texto, aprovado pelo Congresso em dezembro. Lula agradeceu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela sua "competência e paciência" na construção da

reforma tributária. Aproveitou, também, para agradecer a técnicos da pasta. Na mesma cerimônia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que, com o Comitê Gestor do IBS, o País vai garantir que a arrecadação e a distribuição dos recursos ocorra "de forma justa, técnica e federativa". "A Câmara dos Deputados orgulha-se de ter dado a celeridade e a profundidade necessárias a esse debate, entregando à sociedade uma regulamentação que moderniza o nosso Estado", completou Motta. ISENÇÃO O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) disse nesta terça-feira que a reforma tributária vai levar à isenção de impostos sobre investimentos no País. Ele foi o relator do PLP 108/2024. "O investimento no Brasil pagará zero de imposto sobre consumo. Eu acho que três ou quatro países do mundo vão ter essa característica, e nós teremos", disse Benevides, durante a solenidade. Ele destacou que o imposto vai começar a ser cobrado "por fora" - ou seja, sobre um valor líquido e não computado na base de cálculo - e não mais "por dentro", sistema em que o imposto está incluso na base de cálculo. O deputado ainda acrescentou que microempresas não estão sendo afetadas pelas mudanças, a menos que queiram.

MME

Acordo entre Brasil e Arábia prevê setor privado em licenças para mineração

Renan Monteiro/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o ministro da Indústria e Recursos Minerais da Arábia Saudita, Bandar Al-Khorayef, formalizaram ontem um memorando de entendimento para a cooperação bilateral no setor mineral. Dentre outros pontos, o acordo prevê a possibilidade de participação do setor privado brasilei-

ro e saudita na aquisição de licenças de exploração e mineração, em conformidade com a legislação de cada país. O memorando tem vigência de cinco anos. É mencionado, como objetivo, o intercâmbio de conhecimento, estímulo a investimentos e o desenvolvimento conjunto de tecnologias aplicadas à geologia e à mineração, de acordo com comunicação do Ministério de Minas e

Energia (MME). Mais especificamente, são previstas trocas de especialistas e a realização de programas de capacitação e a transferência de tecnologias, por exemplo. O governo brasileiro quer investimentos na cadeia de transformação mineral no Brasil, alinhado com o processo de industrialização e desenvolvi-

mento tecnológico. Alexandre Silveira cumpre agenda oficial no exterior até dia 25 de janeiro. Em Riad, na Arábia Saudita, ele participou hoje da 5ª edição da Mesa-Redonda Ministerial do Fórum de Minerais do Futuro e de reuniões com autoridades governamentais. Posteriormente, ele segue para Xangai, na China.

PALHETA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
CNPJ nº 33.228.461/0001-75

Ata de reunião dos cotistas de **Palheta Produtos Alimentícios Ltda.**, realizada em 25 de agosto de 2025.

Aos 25 dias do mês de agosto de 2025, reuniram-se, na sede social da empresa na Rua Lima Barros, 57/57A, nesta cidade a totalidade das sócias que deliberaram, por unanimidade, a redução do capital social, eis que excessivo com relação ao objeto da sociedade. Assim o capital social de R\$ 4.390.800,00 (quatro milhões, trezentos e noventa mil e oitocentos reais) será reduzido para R\$ 390.800,00 (trezentos e noventa mil e oitocentos reais), com a compensação do prejuízo acumulado encontrado no balanço encerrado em 31/12/2024 de R\$ 1.788.396,61 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos) e o restante no valor de R\$ 2.211.603,39 (dois milhões, duzentos e onze mil, seiscentos e três reais e trinta e nove centavos) ficará a disposição dos cotistas. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2025. **Cafés Finos Ltda.:** José Eduardo da Cunha/Denise Moreira da Cunha Pizarro Drummond. **Lejac Administração e Participação Ltda.:** José Eduardo da Cunha/Angela Maria Cunha de Carvalho.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 22 de janeiro de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a emissão de bônus de subscrição; (ii) a consignação da renúncia apresentada por membro do conselho de administração; e (iii) a eleição de novo membro do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro/RJ, 14 de janeiro de 2026.

Samy Botzman
Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco, nº 156, 32º andar, Sala 3229, Ed. Avenida Central, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, convoca os filiados das seguintes categorias profissionais: Empregados nas Agências de Emprego; Empregados nas Empresas de Recursos Humanos; Empregados nas Empresas de Recrutamento e Seleção de Pessoal; Empregados nas Empresas de Trabalho Temporário, regidos pela Lei nº 6.019/74; Empregados nas Empresas de Gestão de Recursos Humanos, para participarem presencialmente da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 22/01/2025, às 11h, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda e última convocação, no mesmo local, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre a transferência da sede da entidade laboral; b) Alteração estatutária para adequação do endereço da sede social.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 ("Companhia"), em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia 22 de janeiro de 2026, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) a subscrição e integralização das ações remanescentes ("Sobras") do aumento de capital social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2025 ("AGE 01/12/2025"), e publicada no **Jornal Diário do Acionista** em 19 de dezembro de 2025, arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 06 de janeiro de 2026, sob o nº 00007484938; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (iii) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro.

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (14, 15 e 16/01/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFOR ROXO
CONCESSÃO DE LICENÇA

Oriente Construção Civil Ltda – CNPJ: 01.127.106/0001-13, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMA a Licença Ambiental de Instalação – LI de nº 0008/2025, com o Objetivo: Obra de Duplicação de Viaduto sobre a Rodovia Presidente Dutra, na Avenida Coelho da Rocha e recomposição de Pavimento, no Bairro Centro. A LI foi emitida em 11 de dezembro de 2025 e é válida até 11 de dezembro de 2026. Autoriza a Empresa para a atividade, localizada na Avenida Coelho da Rocha, Centro-Belford Roxo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º andar, sala 3229, Edifício Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa CNS Nacional de Serviços Limitada, CNPJ nº 33.285.255/0001-05, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da empresa, situada na Rua Lino Teixeira, nº 91, no dia 27 de janeiro de 2026, às 14h, em primeira convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 14h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Autorização ampla para negociação, celebração e assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho; b) Deliberação sobre reajuste salarial; c) Deliberação sobre contribuição assistencial; d) Deliberação sobre manutenção de benefícios; e) Assuntos gerais.

FEDERAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FTMERJ
Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.119.081/0001-65

Errata à convocação de assembleia geral extraordinária

A Federação de Tênis de Mesa do Estado do Rio de Janeiro – FTMERJ, por meio de seu representante legal infra-assinado, torna pública a presente ERRATA à Convocação de Assembleia Geral Extraordinária publicada no jornal Diário do Acionista, nas edições de 28 de junho de 2025 e 01 e 02 de julho de 2025, para fins de esclarecimento e regularização formal. Onde se lê a pauta constante do referido edital, leia-se que fica também expressamente incluída na ordem do dia a deliberação acerca da apresentação, apreciação e aceitação das renúncias dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como todas as demais deliberações correlatas, permanecendo inalterados e ratificados todos os demais termos do edital de convocação. Para fins de publicidade, transparência e regularidade registral, esclarece-se que à época da publicação do edital original a Presidente da FTMERJ era a Sra. Rosiane Melo da Silva Viana. Esclarece-se, ainda, que após a realização da Assembleia Geral Eletiva, objeto da presente errata, foi regularmente eleito e empossado como Presidente da entidade o Sr. Lucas Matheus Campos de Carvalho, o qual se encontra atualmente no pleno exercício do mandato, com poderes para representar a entidade na forma do Estatuto Social. A presente errata é lavrada para que produza todos os efeitos legais, administrativos e registrais, devendo ser levada a registro junto ao Cartório competente. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2026.

MEDICAMENTO

Butantan recruta idosos para ensaio clínico da vacina da dengue

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Instituto Butantan está recrutando, a partir desta terça-feira, 767 voluntários de 60 a 79 anos para ensaios clínicos com a sua vacina da dengue, a Butantan-D. Os testes serão realizados ao longo do ano em quatro centros de pesquisa em Porto Alegre e Pelotas (RS) e um em Curitiba (PR). Participam ainda, 230 adultos de 40 a 59 anos como grupo controle em cinco centros de pesquisa no RS e PR.

Os 997 participantes do sexo masculino ou feminino, precisam estar saudáveis ou com comorbidades controladas. Será feito um sorteio entre os idosos para receber a vacina (690 participantes) ou o placebo (77 participantes), enquanto os 230 adultos (de 40 a 59 anos) receberão a vacina, sem sorteio para grupo placebo.

Segundo o Instituto Butantan, o objetivo dessa fase do estudo é avaliar a segurança e comparar a resposta imunológica por meio de testes laboratoriais para entender se a produção de anticorpos dos participantes idosos é semelhante à do grupo adulto já acompanhado nos estudos anteriores da Butantan-DV.

O recrutamento começa no Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre (RS) e os interessados em participar podem se inscrever ao preencher um questionário. Em seguida, as inscrições ocorrerão nos outros quatro centros: o Hospital Moinhos de Vento e o Núcleo de Pesquisa Clínica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ambos na capital gaúcha; o Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (HEUFPEL/Ebserh), em Pelotas (RS); e o Serviço de Infectologia e Controle de Infecção Hospitalar de Curitiba (PR).

“A faixa etária de maiores de 60 anos está entre as mais impactadas pela morbidade da dengue, por isso consideramos de suma importância que tal faixa etária tenha a oportunidade de se proteger através da vacinação. Este é o objetivo primordial deste estudo: garantir a segurança para que pessoas entre 60 e 79 anos possam receber a Butantan-DV”, afirmou a diretora médica do Butantan, Fernanda Boulos. De acordo com o gestor médico de desenvolvimento clínico do Butantan Érique Miranda, a maioria dos participantes da pesquisa terá que fazer apenas quatro visitas ao centro du-

rante o estudo. A ideia é fazer um estudo ‘enxuto’ para facilitar a participação das pessoas.

“A primeira visita já para tomar a vacina, com retorno em 22 dias; depois em 42 dias; e um ano depois da vacinação para coleta de sangue. Inicialmente 56 idosos terão que fazer mais visitas para coleta de exames de viremia. É um estudo enxuto para facilitar a participação das pessoas”, explicou.

Miranda destacou que o Paraná e o Rio Grande do Sul foram escolhidos para o teste por serem centros de baixa prevalência de casos de dengue, com 5 a 10% de casos e que teria uma soroprevalência de até 20%, sendo um bom controle. Também foram avaliadas as possibilidades de incluir regiões com grande parte da população já expostas à dengue, como Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Natal (RN). Entretanto, os resultados poderiam influenciar os resultados pela presença de anticorpos da doença no sangue.

A VACINA

A Butantan-DV foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 26 de novembro de 2025 para ser utilizada na população brasileira de 12 a 59 anos. Com dose única, o imunizante foi incorporado ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e o Ministério da Saúde já adquiriu as primeiras 1,3 milhão de doses fabricadas pelo Butantan. Elas serão destinadas a agentes de saúde e a pessoas com 59 anos, com expansão gradual para as demais faixas etárias até chegar ao público de 15 anos.

Uma parte dessas doses será aplicada pelo SUS, a partir de 17 de janeiro, nas cidades de Maranguape (CE) e Nova Lima (MG), e Botucatu (SP), na população entre 15 e 59 anos. A estratégia visa avaliar os resultados da vacinação em massa da população desses municípios. O objetivo é vacinar pelo menos 50% dos moradores.

Os ensaios clínicos da Butantan-DV foram encerrados em junho de 2024, quando o último participante completou 5 anos de acompanhamento e os dados mostram 79,6% de eficácia geral para prevenir casos de dengue sintomática. Os resultados mostram uma proteção de 89% contra dengue grave e dengue com sinais de alarme. A vacina mostrou 74,7% de eficácia geral e 91,6% de eficácia contra dengue grave,

EX-DELEGADO

Polícia prende 3 envolvidos no assassinato de Ruy Ferraz

A Polícia Civil de São Paulo fez uma operação na manhã de ontem, na cidade de Santos, litoral paulista, e prendeu três pessoas suspeitas de envolvimento na morte do ex-delegado Ruy Ferraz Fontes (**foto**).

A operação foi a segunda fase da investigação sobre a morte de Fontes. Foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão e mais cinco de prisão temporária. Participaram da ação 80 policiais e 37 viaturas.

As autoridades investigam se o ex-delegado foi morto pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ruy Ferraz foi morto no dia 15 de setembro, em Praia Grande, litoral de São Paulo, onde trabalhava. Ele saiu com seu carro do prédio da prefeitura local e foi perseguido pelas ruas da cidade por um outro veículo com homens fortemente armados. Em alta velocidade, o ex-delegado bateu num ônibus e, na sequência, foi executado com tiros de fuzil. Toda a ação foi registrada por câmeras de vigilância.

Delegado por mais de 40 anos, Ruy Ferraz foi responsável pela prisão de diversas lideranças do PCC nos anos 2000.

O ex-delegado trabalhava na



DIVULGAÇÃO

cidade de Praia Grande, no cargo de secretário de Administração da prefeitura local.

AZUL DO PCC

Entre os detidos pela Polícia Civil de São Paulo ontem, como suspeitos de serem mandantes do assassinato do delegado Ruy Ferraz Fontes, está Fernando Alberto Ribeiro Teixeira, conhecido como Careca ou Azul, um

dos líderes do PCC.

Teixeira, de 48 anos, é apontado, segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, como um dos articuladores do mandado da ação criminosa, com indícios de participação no planejamento, na coordenação logística e na execução indireta do delito.

Ele foi preso em Jundiaí e teve

AEROPORTO

PF descobre 'fábrica' de lixeiras usadas para esconder cocaína em Guarulhos

FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal (PF) cumpriu dois mandados de busca e apreensão em Guarulhos, na Grande São Paulo, para desarticular uma rede do tráfico que 'fabricava' lixeiras com fundos

falsos usadas para esconder cocaína em áreas próximas ao embarque do Aeroporto de Guarulhos. As diligências, que integram as investigações das operações Heavy Cleaning e Persecutio Punctata, foram divulgadas pela PF ontem.

Nota

CIDADE DE SÃO PAULO TEM ALERTA DE ONDA DE CALOR E FORTES CHUVAS

A cidade de São Paulo deve registrar fortes chuvas nos próximos dias, sendo as precipitações mais intensas entre hoje e sexta-feira, 16. De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) da Prefeitura de São Paulo, a semana está sendo marcada por muita precipitação, em função da propagação de áreas de instabilidade oriundas do interior paulista e associadas ao calor e umidade nos fins de tarde. Nesta

quarta-feira, 14, a madrugada deve ser marcada por céu nublado e termômetros na marca dos 20°C. No decorrer da manhã, há probabilidade de pancadas isoladas de chuva rápida. "As precipitações ganham intensidade durante a tarde e se prolongam para boa parte da noite. A temperatura máxima atinge os 29°C", acrescenta o CGE. Na quinta-feira, 15, as temperaturas devem diminuir um pouco. "O sol entre muitas nuvens com pancadas de chuva no decorrer do dia não deixa a temperatura subir muito", alerta o CGE. A máxima diminui e a prevista é de 27°C. Quando as temperaturas devem diminuir? Conforme a Meteoblue, a chuva deve se manter presente nos próximos dias na cidade de São Paulo, sendo mais fortes ao menos até sexta-feira.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM CLASSE ÚNICA, EM SÉRIE ÚNICA DA 130ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Classe Única, de Série Única da 130ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Terceiro Aditamento Ao Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão, Em Classe Única, Em Série Única, De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela A.Life Entertainment Group S.A. ("Termo De Securitização")*, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se dia 30 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Em virtude da aquisição da GRAFENO PAGAMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 15º andar, sala 5, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 32.087.027/0001-50 pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, Conjunto 41, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Vórtx"), aprovar a abertura de novas contas vinculadas junto à Vórtx, no banco (310) ("Novas Contas Vinculadas"), as quais deverão contemplar todas e quaisquer prerrogativas, direitos e obrigações atualmente atribuídas às Contas Vinculadas existentes no âmbito da Emissão ("Contas Vinculadas Iniciais"), bem como observar integralmente as respectivas regras de movimentação ali estabelecidas, que terão por finalidade substituir as Contas Vinculadas Iniciais, passando a ser o único destino dos depósitos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Ficando certo que as Devedoras deverão notificar os respectivos sacados acerca da substituição das Contas Vinculadas Iniciais pelas Novas Contas Vinculadas. O encerramento das Contas Vinculadas Iniciais somente poderá ocorrer após a verificação, pela Emissora, do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: (a) primeiro recebimento de valores nas Novas Contas Vinculadas; (b) que no período de 60 (sessenta) dias corridos não houve nenhum recebimento de recursos nas Contas Vinculadas Iniciais; e (c) que sejam recebidas as devidas comprovações de notificação aos sacados sobre a adoção exclusiva das Novas Contas Vinculadas; sendo certo que as Contas Vinculadas Iniciais poderão ser encerradas pela Securitizadora e/ou Agente Fiduciário, independente da necessidade de nova Assembleia para tanto; ii. A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@olliveiratrust.com.br e em cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Allie Nino (130)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador, caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 10 de janeiro de 2026

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Amanda Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 45ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª Série Da 45ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Porte Almagah 227 Spe Ltda. E Pela João De Oliveira Torres Incorporações Spe Ltda. ("Termo De Securitização")*, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 30 de janeiro de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Em virtude da aquisição da GRAFENO PAGAMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 15º andar, sala 5, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 32.087.027/0001-50 pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, Conjunto 41, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Vórtx"), aprovar a abertura de novas contas vinculadas junto à Vórtx, no banco (310) ("Novas Contas Vinculadas"), as quais deverão contemplar todas e quaisquer prerrogativas, direitos e obrigações atualmente atribuídas às Contas Vinculadas existentes no âmbito da Emissão ("Contas Vinculadas Iniciais"), bem como observar integralmente as respectivas regras de movimentação ali estabelecidas, que terão por finalidade substituir as Contas Vinculadas Iniciais, passando a ser o único destino dos depósitos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Ficando certo que as Devedoras deverão notificar os respectivos sacados acerca da substituição das Contas Vinculadas Iniciais pelas Novas Contas Vinculadas. O encerramento das Contas Vinculadas Iniciais somente poderá ocorrer após a verificação, pela Emissora, do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: (a) primeiro recebimento de valores nas Novas Contas Vinculadas; (b) que no período de 60 (sessenta) dias corridos não houve nenhum recebimento de recursos nas Contas Vinculadas Iniciais; e (c) que sejam recebidas as devidas comprovações de notificação aos sacados sobre a adoção exclusiva das Novas Contas Vinculadas; sendo certo que as Contas Vinculadas Iniciais poderão ser encerradas pela Securitizadora e/ou Agente Fiduciário, independente da necessidade de nova Assembleia para tanto; ii. A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@olliveiratrust.com.br e em cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI PORTE 45", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador, caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 10 de janeiro de 2026

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Amanda Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do *Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 21ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Locantins Energias Renováveis S.A.*, conforme aditado ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 30 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em virtude da aquisição da GRAFENO PAGAMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 15º andar, sala 5, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 32.087.027/0001-50 pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, Conjunto 41, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Vórtx"), aprovar a abertura de novas contas vinculadas junto à Vórtx, no banco (310) ("Novas Contas Vinculadas"), as quais deverão contemplar todas e quaisquer prerrogativas, direitos e obrigações atualmente atribuídas às Contas Vinculadas existentes no âmbito da Emissão ("Contas Vinculadas Iniciais"), bem como observar integralmente as respectivas regras de movimentação ali estabelecidas, que terão por finalidade substituir as Contas Vinculadas Iniciais, passando a ser o único destino dos depósitos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Ficando certo que as Devedoras deverão notificar os respectivos sacados acerca da substituição das Contas Vinculadas Iniciais pelas Novas Contas Vinculadas. O encerramento das Contas Vinculadas Iniciais somente poderá ocorrer após a verificação, pela Emissora, do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: (a) primeiro recebimento de valores nas Novas Contas Vinculadas; (b) que no período de 60 (sessenta) dias corridos não houve nenhum recebimento de recursos nas Contas Vinculadas Iniciais; e (c) que sejam recebidas as devidas comprovações de notificação aos sacados sobre a adoção exclusiva das Novas Contas Vinculadas; sendo certo que as Contas Vinculadas Iniciais poderão ser encerradas pela Securitizadora e/ou Agente Fiduciário, independente da necessidade de nova Assembleia para tanto. (ii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@olliveiratrust.com.br e em cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI IYON 21", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador, caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 10 de janeiro de 2026

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Nathalia Machado Loureiro - Diretora

MEDICAMENTO CARO

Ministério não vai incorporar vacina herpes-zóster ao SUS

O Ministério da Saúde decidiu não incorporar a vacina para a prevenção de herpes-zóster ao Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão está em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com relatório divulgado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), disponível online, a vacina foi considerada cara diante do impacto que poderia ter em relação ao combate a doença.

A vacina recombinante adjuvada para prevenção do herpes-zóster é voltada para idosos com idade maior ou igual a 80 anos e indivíduos imunocomprometidos com idade maior ou igual a 18 anos.

“O Comitê de Medicamentos reconheceu a importância da vacina para a prevenção do herpes-zóster, mas destacou que considerações adicionais sobre a oferta de preço precisam ser negociadas, de modo a alcançar um valor com impacto orçamentário sustentável para o

SUS”, afirma o relatório.

O relatório apresenta também um cálculo dos custos em relação a população que seria beneficiada pelo imunizante. “Ao vacinar 1,5 milhão de pacientes por ano, o custo seria de R\$ 1,2 bilhão por ano e, no quinto ano, a vacinação dos 471 mil pacientes restantes com um custo de R\$ 380 milhões. Ao final de cinco anos, o investimento total seria de R\$ 5,2 bilhões. Dessa forma, a vacina foi considerada não custoefetiva”, diz o texto publicado.

Segundo a portaria publicada nesta semana, a matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Conitec, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

HERPES-ZÓSTER

O herpes-zóster é uma condição de saúde causada pelo vírus varicela-zóster, o mesmo que causa a catapora. Quando a pessoa tem catapora, o vírus permanece no organismo e pode ser reativado ao longo da vida,

ocasionando o herpes-zóster. Essa reativação é mais comum em pessoas idosas ou com a imunidade baixa.

Os primeiros sintomas são queimação, coceira, sensibilidade na pele, febre baixa e cansaço. Depois de um ou dois dias, surgem manchas vermelhas que evoluem para pequenas bolhas cheias de líquido. Essas bolhas podem secar e formar crostas. As lesões aparecem em apenas um lado do corpo e seguem o caminho de um nervo, o que dá ao herpes-zóster seu aspecto característico. As áreas mais afetadas costumam ser o tronco, a face, a lombar e o pescoço. Esse processo dura cerca de duas a três semanas.

Segundo informações do relatório divulgado pela Conitec, o herpes-zóster geralmente melhora sozinho, mas em alguns casos pode causar complicações graves, como alterações na pele, no sistema nervoso, nos olhos e nos ouvidos.

TRATAMENTO NO SUS

Nos casos leves e sem risco de

agravamento, o SUS oferece tratamento sintomático com remédios para aliviar a dor, febre e coceira, além de orientações de higiene e cuidados com a pele. Quando o risco é maior, como em pessoas idosas, imunocomprometidas ou com doença grave, recomenda-se o uso do antiviral aciclovir.

De acordo com dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e hospitalares (SIH/SUS), entre 2008 a 2024, foram registrados 85.888 atendimentos ambulatoriais e 30.801 internações de pacientes com herpes-zóster no Brasil.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do SUS, entre os anos de 2007 e 2023, 1.567 pessoas morreram por herpes-zóster no país, o que representou uma taxa de mortalidade pela doença de 0,05 óbitos por 100 mil habitantes no período. Do total de óbitos registrados, 90% foram de pessoas com idade maior ou igual a 50 anos, sendo 53,4% em idosos mais de 80 anos de idade.

CALOR EXTREMO

Estado mantém ações emergenciais de hidratação

FELIPE DE FREITAS/GOVERNO DO RJ



Na semana que começou com o dia mais quente deste início de ano, com temperaturas que ultrapassaram 40°C no Rio de Janeiro, segundo o ClimaTempo, o Governo do Estado mantém ações emergenciais de hidratação para reduzir os impactos da onda de calor sobre a população.

“Diante do forte calor, seguimos mobilizados para proteger a população e minimizar os riscos à saúde. A hidratação é uma medida simples, mas fundamental, especialmente para quem passa o dia nas ruas trabalhando ou se deslocando. O Estado continua atuando de forma integrada para enfrentar os efeitos dessa onda de calor”, afirmou o governador Cláudio Castro **(foto)**.

As ações de hidratação seguem hoje, das 9h às 16h, em pontos espalhados pela Região Metropolitana. A prioridade é atender trabalhadores em deslocamento, pessoas em vulnerabilidade social e em situação de rua, além de crianças em colônias de férias em parques públicos.

A operação conta com a Frota da Hidratação, formada por bicicletas, kombi e estandes fixos, além de aguadeiros. Toda a água distribuída é potável, captada diretamente da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, em Nova Iguaçu. A entrega é feita em copos biodegradáveis, mas também é permitido o abastecimento de garrafas pessoais e recipientes para animais.

Para garantir a qualidade

da água, o Laboratório Móvel da Cedae acompanha a operação com análises realizadas de hora em hora, para avaliar os parâmetros como turbidez, cor e pH, conforme os protocolos sanitários.

NO FIM DE SEMANA

No sábado passado e no último domingo, quando a cidade registrou praias cheias e sensação térmica elevada, as ações se concentraram na orla de Copacabana e no Aterro do Flamengo. Ao todo, 12 bicicletas-pipa foram posicionadas entre os postos 1 e 6, do Leme ao Forte de Copacabana. No Aterro, a kombi da hidratação e bicicletas atenderam o público que circulou pela região. Cerca de 20 mil litros de água foram distribuídos ao longo dos dois dias.

OPERAÇÃO VERÃO

Desde a última semana de 2025, durante períodos de onda de calor, a Cedae já forneceu mais de 70 mil litros de água em áreas de grande circulação. Em dias úteis, as ações se concentram em estações de trem e regiões centrais da Região Metropolitana. Nos fins de semana e em datas de grande público, como a véspera de Ano-Novo, o foco são praias e parques.

As ações seguem o protocolo do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, que prevê a mobilização de medidas preventivas a partir do Estágio 3 de calor, priorizando a proteção da saúde da população.

AULAS DE GRAÇA

Piscina olímpica do Parque Oeste recebe primeiras turmas

A Prefeitura do Rio iniciou, ontem, as aulas gratuitas de natação e hidroginástica na piscina olímpica do Parque Oeste Ana Gonzaga, em Inhoaíba, na Zona Oeste. Inaugurado em dezembro, o equipamento passa a integrar a oferta de atividades esportivas e de lazer disponíveis à população da região.

Construída para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a piscina integrou o Estádio Aquático do Parque Olímpico e foi palco das despedidas do nadador norte-americano Michael Phelps e do multicampeão paralímpico brasileiro Clodoaldo Silva. Seguindo o planejamento da arquitetura nômade, a estrutura foi desmontada após os Jogos e reinstalada no Parque Oeste, onde passa a ser utilizada pela população.

As atividades começaram com a participação de moradores de diferentes idades, acompanhados por professores da Secretaria Municipal de Esportes. As 700 vagas ofertadas inicialmente foram preenchidas em poucas horas, e os demais interessados foram cadastrados em uma fi-

la de espera.

Segundo o secretário municipal de Esportes, Guilherme Schleder, a iniciativa reforça o compromisso da Prefeitura em ampliar o acesso da população a equipamentos esportivos.

“É importante ver a população utilizando uma instalação desse porte. Esse é um legado concreto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que agora cumpre uma função social e esportiva. A procura registrada no período de inscrições demonstra a importância de levar atividades esportivas para todas as regiões da cidade”, afirmou Schieder.

Com 50 metros de comprimento e medidas oficiais de competição, a piscina segue os padrões internacionais adotados em grandes eventos esportivos. O equipamento é administrado pela Secretaria Municipal de Esportes e oferece aulas de hidroginástica e natação para diferentes faixas etárias: baby (3 meses a 3 anos), infantil 1 (4 a 6 anos), infantil 2 (7 a 9 anos), infantil 3 (10 a 13 anos), adolescente (14 a 17 anos) e adulto (a partir de 18 anos).

CLIMA

Estado do Rio registra temperaturas acima da média histórica

O estado do Rio de Janeiro tem registrado temperaturas elevadas com registros acima da média histórica, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

O ano de 2026 já entrou para o rol das maiores temperaturas. Segundo o instituto, a maior temperatura máxima já registrada no estado do Rio de Janeiro desde 1961, quando iniciaram as medições na região, foi de 41 graus Celsius (°C), observada nos anos de 1969, 1995, 2015 e 2026.

De acordo com a previsão climática mensal do Inmet, o mês de janeiro de 2026 deve ter um acréscimo de 0,5°C na temperatura média no estado do Rio de Janeiro.

“Embora a maior parte do território deva permanecer próxima à normalidade climatológica, áreas pontuais — incluindo a capital — podem registrar aquecimento mais acentuado”, ressalta o instituto.

ACIMA DA MÉDIA

Desde o dia 1º de janeiro,

grande parte das estações do Rio de Janeiro registra temperaturas máximas acima da média climatológica, que é 30,7 °C. Em várias localidades, como Seropédica, Três Rios, Cambuci, Duque de Caxias, Valença e Paraty, até segunda-feira passada, foram registradas nove ocorrências de dias com temperaturas máximas acima da média do estado.

Na capital, foram oito ocorrências de temperaturas máximas superiores à média estadual. Segundo o Sistema Alerta Rio, da prefeitura carioca, na segunda-feira, a temperatura máxima foi de 41,4°C, em Santa Cruz, a maior registrada neste ano.

De acordo com o Inmet, mesmo regiões serranas e litorâneas, tradicionalmente mais amenas, como Teresópolis, Araraial do Cabo e Nova Friburgo, também apresentaram dias com temperaturas acima da média climatológica.

ONDA DE CALOR

Além do Rio de Janeiro, Mi-

nas Gerais e São Paulo também registraram temperaturas elevadas nos últimos dias, especialmente em 10 de janeiro, reforçando, segundo o Inmet, o caráter regional do aquecimento observado no Sudeste do país.

Na tarde de segunda-feira, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um aviso de onda de calor até noite de hoje. O aviso de cor laranja, que representa perigo é o segundo de três níveis de alerta.

A onda de calor atinge a área composta por: Campinas, Piracicaba, Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Ribeirão Preto, Macro Metropolitana Paulista, Araraquara, Sul Fluminense, Bauru, Campo das Vertentes, Vale do Paraíba Paulista, Noroeste Fluminense, Sul Espírito-santense, Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana de São Paulo, Metropolitana do Rio de Janeiro, Itapetininga, Norte Fluminense, Litoral Sul Paulista.

Na região Norte, a área composta por Vale do Acre, Sudoeste Amazonense, Sul Amazonen-

se, Vale do Juruá também está com alerta de perigo, mas por conta de chuvas intensas.

PREVISÃO

Nesta quarta-feira o Inmet informou que há expectativa de leve declínio maior temperaturas, embora o calor ainda persista no estado do Rio de Janeiro. Na capital, a temperatura máxima deve chegar a 35°C e a mínima, a 21°C.

“Essa mudança ocorre devido ao enfraquecimento da crista, permitindo maior desenvolvimento de nebulosidade e ocorrência de chuvas pontuais, principalmente por convecção, como as já observadas nesta tarde de terça-feira (13) em áreas das regiões sul e serrana do estado do Rio de Janeiro”, diz o instituto.

Entre hoje e sábado (17), segundo o Alerta Rio, a previsão é de céu parcialmente nublado a nublado com pancadas de chuva isoladas na tarde e noite de ambos os dias. Os ventos estarão predominantemente moderados.

HÁ VAGAS

RJ divulga esta semana mais de 2 mil oportunidades de emprego formal

O governo do estado está divulgando, esta semana, 2.117 oportunidades de emprego formal, estágio e jovem aprendiz no Rio de Janeiro, captadas pela Secretaria de Trabalho e Renda. Por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), são oferecidas 1.021 posições com carteira assinada, distribuídas pelas regiões Metropolitana, Serrana e Médio Paraíba. Para quem busca estágio ou uma chance como jovem aprendiz, há um total de 1.096 vagas ofertadas pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Na Região Metropolitana, estão concentradas 77% das vagas: são 789 chances de trabalho, 27 das quais destinadas, exclusivamente, a pessoas com deficiência (PcD). Para esse público, destacam-se oportunidades para atendente de lojas, auxiliar de escritório, auxiliar de limpeza e designerista industrial gráfico, com remuneração de até dois

“O governo do estado está divulgando, esta semana, 2.117 oportunidades de emprego formal, estágio e jovem aprendiz no Rio de Janeiro”.

salários mínimos (R\$ 3.242). Na mesma região existem, ainda, opções para ampla concorrência, como costureira, técnico de eletromecânica, operador de empilhadeira e servente de limpeza, também com salários que chegam a R\$ 3.242.

Para quem busca emprego na região do Médio Paraíba, há 111 oportunidades com salário médio de R\$ 3.242. Já na região Serrana, a captação de vagas reuniu 121 posições em Teresópolis, entre as quais as de motorista operacional de guincho, açou-

gueiro, jardineiro e cozinheiro geral. A remuneração média é de R\$ 1.621, e é necessário ter experiência anterior.

De acordo com o Observatório do Trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, as vagas de emprego formal disponibilizadas estão distribuídas pelos setores de Serviços (53%) e Comércio (47%). A maioria dos empregadores pede o Ensino Médio completo oferece remuneração de um a dois salários mínimos e exige experiência anterior.

A secretaria lembra que é im-

portante manter cadastro e currículos atualizados no Sistema Nacional de Emprego, que analisa o perfil do candidato e a vaga cadastrada pelo empregador. Para se inscrever ou atualizar o cadastro, é necessário ir a uma unidade do Sine levando os documentos de identificação civil, carteira de trabalho, PIS/PASEP/NIT/NIS e CPF. O endereço das unidades e os detalhes de todas as vagas oferecidas podem ser encontrados no Painel Interativo de Vagas da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, disponível no site www.rj.gov.br/trabalho.

Uma parceria entre a Secretaria de Trabalho e Renda e o Centro de Integração Empresa Escola resultou na oferta de 1.096 oportunidades de estágio para diferentes níveis de escolaridade, além de oportunidades para jovem aprendiz. Informações mais detalhadas podem ser obtidas em <http://www.ciee.org.br/>.

INDENIZAÇÃO

Filhos de Herzog são reconhecidos como anistiados políticos

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Os dois filhos do jornalista Vladimir Herzog (**foto**), assassinado pela ditadura militar em 1975, foram reconhecidos como anistiados políticos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

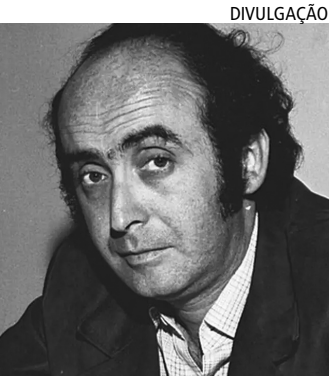
Além de receberem um pedido oficial de desculpas do Estado brasileiro, Ivo e André Herzog serão indenizados em R\$ 100 mil cada.

A portaria que reconhece os dois irmãos como anistiados foi publicada na edição de segunda-feira (12) do *Diário Oficial da União*, pela ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo.

“Em 2024, foi concedida a condição de anistiada política à Clarice Herzog. A decisão amplia o processo de reparação já reconhecido pelo Estado em relação à família Herzog”, justificou, em nota, o ministério.

Conselheira da Comissão de Anistia e relatora de Ivo e André Herzog, Gabriela de Sá explica que o reconhecimento da anistia política dos filhos de Vladimir representa uma reparação histórica de um período que causou traumas intergeracionais.

"É importante destacar que são considerados anistiados políticos todas as pessoas que sofreram atos institucionais,



DIVULGAÇÃO

complementares ou de exceção na sua totalidade. Isso quer dizer que, quando se impõe restrições à convivência familiar, estamos lidando com uma medida de exceção que viola diretamente os direitos dos filhos e filhas de quem foi perseguido politicamente”, justificou.

Segundo ela, a análise da documentação que consta nos requerimentos de anistia política mostra o quanto os irmãos “foram afetados desde a infância pelas disputas em torno das diferentes versões sobre as circunstâncias do assassinato de seu pai”.

“Sobretudo, à ostensiva exposição do registro de Vladimir Herzog sem vida na cela do DOI-CODI, em São Paulo, ressaltando a necessidade de reconhecer as violações de direitos humanos que diretamente atingiram os irmãos, durante a época da ditadura”, complementou a conselheira.

DOENÇA

Segundo caso de nova cepa de 'mpox' é confirmado em SP

ANDREZA DE OLIVEIRA/AE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) confirmou no último sábado, o segundo caso de mpox do clado 1b no Estado. O paciente é um homem de 39 anos, morador de Portugal, que foi atendido e liberado pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

Segundo a SES, o homem apresentou sintomas no final de dezembro, foi atendido pelo instituto e permaneceu internado por um dia. Ele já retornou ao país de origem. De acordo com a pasta, até o momento, não há registro de pessoas que estiveram no local de hospedagem do paciente com sintomas da doença.

Este é o segundo caso do clado 1b confirmado em São Paulo. Em março do ano passado, uma mulher de 29 anos contraiu a nova cepa após entrar em contato com um familiar da República Democrática do Congo. De acordo com a SES-SP, a paciente evoluiu bem e se recuperou.

A pasta afirma manter monitoramento contínuo do cenário epidemiológico da doença e, até o momento, foram notificados 1 930 casos de mpox no Estado de São Paulo, sem registro de óbito associado à doença.

No último ano, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), até 30 de novembro foram registrados 50.751 casos de mpox em 96 países. As nações com maior incidência são República Democrática do Congo, Guiné, Libéria, Quênia e Gana, respectivamente.

SINTOMAS

A doença é causada pelo vírus MPXV, e a transmissão ocorre por contato com pessoas infectadas (via abraços, beijos, relações sexuais ou lesões cutâneas) ou materiais contaminados pelo micro-organismo, como roupas e talheres. O período de incubação,

segundo o Ministério da Saúde, pode variar de 3 a 21 dias.

Os principais sintomas do quadro são:

- Erupções cutâneas
- Ínguas (linfonodos inchados)
- Febre
- Dores de cabeça e no corpo
- Calafrios e fraqueza

Normalmente, a mpox evolui para quadros leves e moderados, que costumam durar de duas a quatro semanas. Em situações de contato necessário com pessoas infectadas, o Ministério recomenda o uso de luvas e máscaras.

Também são indicados a lavagem frequente das mãos com água e sabão, o uso de álcool em gel e a limpeza regular de roupas, lençóis e toalhas, além da higienização e desinfecção de superfícies e do descarte adequado de resíduos contaminados.

Não há um tratamento específico para a doença, mas é possível combater os seus sintomas.

VACINAÇÃO

No Brasil, a vacinação contra a mpox é destinada a grupos de risco específicos, que podem evoluir para formas mais graves da doença, como pessoas maiores de 18 anos que convivem com HIV/Aids e tenham status imunológico identificado pela contagem de linfócitos T CD4 inferior a 200 células nos últimos seis meses.

Profissionais de laboratórios que trabalham diretamente com o vírus em nível de biossegurança 2 (NB-2), de 18 a 49 anos, também podem receber o imunizante.

Pessoas que tiveram contato direto com fluidos e secreções corporais de casos suspeitos, prováveis ou confirmados, cuja exposição seja classificada como de alto ou médio risco, conforme recomendações da OMS e mediante avaliação da vigilância local, também estão aptas à vacinação.

ESCOLHA DE LULA

Wellington Lima e Silva é o novo ministro da Justiça

O advogado Wellington César Lima e Silva (**foto**) é o novo ministro da Justiça e Segurança Pública. Ele foi convidado para assumir o cargo em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, segundo nota do Palácio do Planalto.

A nomeação de Wellington Silva será publicada em edição extra, ainda hoje, no Diário Oficial da União. Ele irá substituir Ricardo Lewandowski.

Wellington Silva estava como advogado-geral da Petrobras. É a segunda vez que ocupa o cargo



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

de ministro da Justiça, pois já chefiou a pasta durante a gestão de Dilma Rousseff.

Ele também foi secretário especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República na

atual gestão. Em sua trajetória, já ocupou os cargos de procurador-geral da Justiça da Bahia e procurador-geral de Justiça adjunto para Assuntos Jurídicos.

No último dia 8, Ricardo Lewandowski entregou uma carta com pedido de demissão ao presidente Lula. Magistrado aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), ele havia assumido a pasta em fevereiro de 2024 e deixou o cargo com quase dois anos de gestão, justificando que questões pessoais e familiares o levaram a tomar a decisão.

Lula agradece Lewandowski pelo excelente trabalho e dedicação na condução do MJSP

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) agradeceu ontem,

pelo X, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, pelo período em que ficou na pasta. Ontem, o Palácio do Planalto confirmou a indicação de Wellington César Lima e Silva para comandar a pasta.

"Agradeço ao ex-ministro Ricardo Lewandowski pelo excelente trabalho e toda a sua dedicação na condução do Ministério da Justiça e Segurança Pública", disse Lula no X.

A indicação de Wellington César

sar foi confirmada após reunião dele com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com o então ministro interino, Manoel Carlos de Almeida Neto.

A nomeação de Wellington César vai ser publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) ainda nesta terça.

Por atuar na Petrobras, Wellington César fica no Rio de Janeiro. Foi chamado a Brasília para conversar com o presidente nesta terça e receber o convite para assumir a pasta deixada por Ricardo Lewandowski, na última sexta-feira, 9.

Segundo a nota, Wellington César ocupará a chefia do Minis-

tério da Justiça e Segurança Pública, indicando que Lula não deve dividir a pasta neste momento. O petista quer a criação do Ministério da Segurança Pública condicionada a aprovação da PEC da Segurança Pública.

Como mostrou a Coluna do Estadão, Wellington era um dos cotados para assumir a pasta ao lado do ministro da Educação, Camilo Santana, e o atual ministro interino, Manoel Carlos de Almeida Neto. Corria por fora o ministro da Controladoria Geral da União, Vinicius de Carvalho, e o advogado Marco Aurélio de Carvalho, do Grupo Prerrogativas. Wellington contou com o

apoio de três figuras influentes do entorno do presidente: o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Sidônio Palmeira (Comunicação Social). Wagner foi o principal fiador da entrada do advogado-geral da Petrobras na Esplanada.

Por 11 dias, em março de 2016, Wellington foi o ministro da Justiça de Dilma. À época, Wagner era o homem-forte do governo, tendo ocupado a Casa Civil. Porém, após o STF estabelecer que ele não poderia acumular o cargo no Executivo e a carreira no Ministério Público, Wellington decidiu continuar.

MARANHÃO

TJMA mantém prisão de prefeito e primeira-dama de Turilândia

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Após o pedido de exoneração de dez promotores de Justiça que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Tribunal de Justiça do estado manteve a prisão de acusados por desvio de R\$ 56 milhões em Turilândia (MA).

A decisão, tomada segunda-feira passada pela desembargadora Graça Amorim, da 3ª Câmara Criminal do TJMA, analisou um pedido do procurador-geral de Justiça do estado, Danilo José de Castro Ferreira, favorável à liberdade provisória dos presos. Com isso, o prefeito e a primeira-dama do município e demais suspeitos seguem presos.

EXONERAÇÃO COLETIVA

O pedido de exoneração coletiva dos promotores foi uma resposta ao parecer do procurador-geral pedindo a sultura dos investigados presos na Operação Tântalo II, realizada em 22 de dezem-

bro de 2025.

Entre eles estão o prefeito de Turilândia (MA), Paulo Curió, preso preventivamente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Também foram presos a primeira-dama da cidade, Eva Curió, a ex-vice-prefeita Janaina Soares Lima, o marido dela, Marlon de Jesus Arouche Serrão e o contador da prefeitura, Wanderson Jhonathan Barros.

No pedido de exoneração, apresentado no domingo passado, os promotores afirmaram que a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça, do dia anterior, divergiu do entendimento técnico-jurídico do Gaeco e enfraqueceu a atuação institucional do órgão no enfrentamento ao crime organizado.

“Os subscritores entendem que tal posicionamento, além de destoar das premissas que orientaram o critérioiso trabalho investigativo desenvolvido no caso, enfraquece a atuação institucional do Ministério Público no combate ao crime organizado, produzindo impactos negativos na credibili-

dade das investigações complexas e na efetividade das medidas cautelares indispensáveis à repressão qualificada dessas organizações, além das implicações já oportunamente levadas ao conhecimento de Vossa Excelência”, apontou o pedido de exoneração.

Como resposta, o procurador-geral soltou uma nota afirmando que a exoneração em estruturas administrativas e em cargos de coordenação “são eventos naturais na dinâmica institucional e não comprometem a continuidade das ações estratégicas”.

A nota diz ainda que as medidas adotadas e propostas pela Procuradoria-Geral estão em conformidade com a Constituição Federal e a legislação vigente.

“As decisões proferidas e as medidas requeridas não extrapolam os limites da lei, tampouco representam qualquer tentativa de abrir mão ou contornar as normas que regem o processo penal. Em verdade, observam os critérios legais que estabelecem que medidas mais gravosas, como a

prisão, somente devem ser aplicadas quando estritamente necessárias”, diz a nota.

Com a exoneração, o procurador-geral nomeou o procurador de Justiça Haroldo Paiva de Brito para coordenar o Gaeco e a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI). A nota diz ainda que os demais integrantes da nova equipe serão nomeados para continuidade aos trabalhos.

“O Ministério Público do Maranhão reafirma que seguirá atuando com responsabilidade, firmeza e respeito às leis, combatendo a criminalidade e defendendo o patrimônio público, sempre com equilíbrio, justiça e compromisso com a sociedade maranhense”, encerra a nota.

Ao decidir pela manutenção da prisão dos investigados, a desembargadora determinou a aplicação de prisão domiciliar apenas para a pregoeira do município, Clementina de Jesus Pinheiro Oliveira, por ter sido diagnosticada com câncer de útero. Ela terá monitoramento eletrônico.

SÃO PAULO

Detran limita preço de exames médico e psicotécnico para CNH a R\$ 90

ADRIANA VICTORINO/AE

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) limitou o preço de exames médico e psicotécnico para a emissão da CNH em R\$ 90 cada. A mudança ocorre após o governo federal alterar as regras para obter a licença. A medida reduziu em até 40% os valores dos procedimentos realizados por clínicas credenciadas ao

órgão.

O governo estadual informou que o Detran-SP já havia estruturado um planejamento técnico para alterar o processo de habilitação. Segundo a gestão, a publicação das novas normas acelerou a execução das mudanças por parte do departamento paulista.

O Detran-SP também disponibilizou o cadastramento de instrutores autônomos que pretendem

atuar conforme as regras da nova CNH, oferecendo aulas práticas para os candidatos à emissão do documento. O canal é no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) externo.

Segundo o governo, o novo modelo será implementado em etapas, com prioridade para medidas que reduzem custos ao cidadão. As mudanças poderão ser acompanhadas através da página

oficial CNH Paulista, que reúne o cronograma de implementação e orientações atualizadas à população.

As novas regras para a emissão da CNH foram oficializadas em dezembro. Além de reduzir os custos para a obtenção do documento, o projeto "CNH do Brasil" flexibiliza as aulas práticas e oferece o curso teórico de forma 100% online e gratuita.

TRAMA GOLPISTA

Moraes nega novo recurso de Bolsonaro contra condenação

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta terça-feira mais um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**), que buscava novamente reverter a pena de 27 anos e três meses de prisão à qual ele foi condenado por liderar uma tentativa de golpe de Estado.

Os advogados de Bolsonaro protocolaram o novo recurso na segunda-feira passada. No agravo regimental, a defesa pleiteava levar o caso para discussão no plenário do Supremo, alegando que o Regimento Interno do Supremo não prevê quórum mínimo para que o colegiado julgue recursos contra decisões das turmas.

Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma do Supremo em setembro. Pouco depois, a defesa entrou com uma apelação do tipo embargos infringentes, que permite à defesa insistir pela absolvição e usar argumentos de algum voto divergente. No caso, o único voto divergente foi do ministro Luiz Fux, que se posicionou pela absolvição do ex-presidente e a anulação do caso.

Moraes, contudo, negou andamento aos infringentes. Ele justificou a decisão afirmando que a jurisprudência do Supremo, ao menos desde 2017, estabeleceu a necessidade de no mí-



TOM MOLINA/STF

nimo dois votos divergentes para que esse tipo de embargo seja aceito.

Na segunda, os advogados alegaram que em nenhuma parte do Regimento Interno pode ser encontrada essa limitação de quórum, e que negar o direito de Bolsonaro ser julgado pelo plenário seria uma violação de direitos humanos, por impossibilitar que o ex-presidente tenha acesso ao duplo grau de jurisdição.

Na decisão desta terça, Moraes não chegou a analisar o mérito dos argumentos da defesa. O ministro-relator negou andamento ao apelo afirmando ser

“absolutamente incabível juridicamente a interposição desse recurso após o trânsito em julgado do Acórdão condenatório”.

Atualmente, Bolsonaro está preso em uma sala especial nas instalações da Polícia Federal (PF) em Brasília. O ex-presidente já obteve autorização mais de uma vez para ser deslocado a um hospital particular, inclusive para a realização de uma cirurgia de hérnia inguinal.

Por diversas vezes, a defesa pediu autorização para que Bolsonaro cumpra pena em casa, por motivos humanitários de saúde, mas todas foram negadas

por Moraes. Para o ministro, a lei não permite a concessão do benefício, pois a PF teria condições de oferecer atendimento adequado ao ex-presidente.

Bolsonaro foi condenado por cinco crimes: liderar organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. Os últimos crimes estão ligados aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes da República.

ESTUDO

A cada R\$ 1 investido via Lei Rouanet, R\$ 7,59 retornaram

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A cada R\$ 1 investido em projetos executados com recursos da Lei Rouanet, R\$ 7,59 retornaram à economia. É o que mostra estudo apresentado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira sobre os impactos da lei de incentivo à cultura. O estudo foi encomendado pelo Ministério da Cultura.

Entre 2022 e 2024, o número de projetos apoiados pela lei passou de 2.600 para mais de 14 mil por ano.

O estudo ainda avaliou equipamentos locados, quantidade de pessoas contratadas, materiais e fornecedores pagos. Em 2024, cerca de 230 mil vagas foram abertas com apoio do programa, ao custo de R\$ 12,3 mil por vaga.

"Precisávamos de dados completos, consistentes e confiáveis sobre a Lei Rouanet, que nos últimos anos enfrentou críticas injustificáveis e uma tentativa de demonização. De um lado, há quem tente deslegitimar o setor cultural e ainda há uma parcela da sociedade que desconhece seu papel. Faltavam dados robustos e atualizados, e foi exatamente por isso que encomendamos essa pesquisa. O que apresentamos hoje é

um estudo de altíssima qualidade, conduzido com rigor metodológico e baseado em dados oficiais. Seus resultados oferecem evidências claras do impacto positivo do investimento cultural", destacou a ministra da Cultura, Margareth Menezes.

A Rouanet teve mais de R\$ 60 bilhões investidos desde a criação, em 1993, em valores não corrigidos. Em 2024, foram 4.939 projetos com recursos executados, a maioria propostos por empresas (3.154 proponentes ou 86,7%).

Os projetos geraram um total de 567 mil pagamentos a todo tipo de fornecedor e serviço, em um universo de 1.800 tipos diferentes.

A maioria (76,72%) captou até R\$ 1 milhão e 21,70% captaram até R\$ 10 milhões. O maior montante dos recursos foi para custos logísticos, administrativos e de equipes técnicas, sendo um terço para pagamento de artistas.

Segundo os pesquisadores, 96,9% dos pagamentos via Rouanet são de menos de R\$ 25 mil, o que gera efeito distributivo de renda.

REGIÕES

Dos R\$ 25,7 bilhões movimentos pelo mecanismos de incentivo

à cultura em 2024, a maior parte foi para projetos no Sudeste, que captaram R\$ 18 bilhões.

Na Região Sul, foram R\$ 4,5 bilhões; Nordeste, teve captação de R\$ 1,92 bilhão; Centro-Oeste, cerca de R\$ 400 milhões; e Norte, cerca de R\$ 360 milhões.

O levantamento apontou também que a Rouanet tem um potencial de captação de recursos fora do edital, já que os projetos levantaram mais de R\$ 500 milhões em outras fontes e cerca de R\$ 300 milhões em apoios não financeiros, no mesmo período.

"Tivemos de entender os diferentes tipos de impactos. Os diretos, os indiretos, que envolvem toda a cadeia econômica relacionada e o impacto dos empregos gerados. O recurso não deve ser pensado somente uma vez, mas em ondas de gastos relacionados", explicou Luiz Gustavo Barbosa, gerente executivo da FGV.

Os dados mostram ainda queda no tempo de análise de projetos, que passou de mais de 100 dias em 2022 para 35 dias em 2025.

No comparativo entre os projetos de 2018 a 2024, a Região Nordeste teve crescimento acima de

400%, passando de 337 projetos, em 2018, para 1.778, em 2024.

A Região Norte também teve crescimento semelhante, passando de 125 projetos para 635. A região com menor crescimento, a Sudeste, dobrou a quantidade de projetos, passando de 3.414 (2018) para 7.617 (2024), o que, por sua vez, foi o maior crescimento em números absolutos.

Centro-Oeste teve crescimento de 245,4%, indo de 240 para 829 projetos, e a Sul, de 165,1%, passando de 1.268 para 3.362 projetos.

"Nosso esforço está se voltando para empresas médias, que tem sede nestes territórios, em seus próprios territórios", disse o secretário de Fomento Cultural do Ministério da Cultura, Henilton Menezes, ao cita trabalho no Nordeste, em parceria com o Sesi, para qualificar produtores culturais na proposição de projetos e captação de recursos com as empresas.

A expectativa é que as ações na Região Norte sejam sentidas já em 2026, e os da região Centro-Oeste em 2027.

A pasta deve realizar ainda uma pesquisa voltada à Lei Aldir Blanc, segundo a ministra. Não há data prevista.

Encontro Nacional do partido Novo na Zona Sul de São Paulo.

Com a saída de Zema, o vice-governador Mateus Simões (PSD) assumirá o comando de Minas Gerais.Conforme a legislação eleitoral, ocupantes de cargos no Executivo que desejam concorrer a outra função a deixar o posto até seis meses antes da eleição.

SERVIDORES

Lei autoriza pagamento retroativo de direitos suspensos na pandemia

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Complementar 226/26, que autoriza o pagamento retroativo para servidores da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios, de direitos remuneratórios - como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio - que haviam sido congelados em razão da pandemia da covid-19.

A lei foi publicada nesta terça-feira no Diário Oficial da União e estabelece que os pagamentos estão relacionados ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. De acordo com a norma, os benefícios serão pagos desde que o ente federativo tenha decretado estado de calamidade pública à época da pandemia e conte com orçamento disponível.

Em nota, o Palácio do Planalto reforçou que deve ser respeitada a disponibilidade orçamentária da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios e destacou que a norma tem caráter autorizativo, ou seja, permite que cada ente federativo decida, de forma autônoma e por meio de lei própria, sobre o pagamento retroativo das vantagens pessoais em questão.

"Durante o período do regime emergencial, a legislação impediu a concessão dessas vantagens e a contagem do tempo necessário para adquiri-las, como forma de controlar os gastos públicos. Com o fim do estado de emergência sanitária, a proposta busca corrigir os impactos dessas restrições e devolver aos entes federativos a autonomia para decidir sobre o tema", explica o comunicado.

Ainda de acordo com o Palácio do Planalto, do ponto de vista fiscal, a lei não gera despesas automáticas nem obriga pagamentos imediatos. "Qualquer recomposição fica condicionada à disponibilidade de

recursos no orçamento, à estimativa de impacto financeiro e à autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias".

"A norma também impede a transferência de custos para outro ente, como a União, preservando a responsabilidade fiscal e os recursos públicos", diz o Planalto.

ENTENDA

A norma teve origem no Projeto de Lei Complementar 143/2020, de autoria da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), aprovado no Senado no final de dezembro de 2025 com relatório favorável do senador Flávio Arns (PSB-PR).

Durante a votação da matéria no plenário, Arns lembrou que a medida não traz qualquer criação de despesa a mais, uma vez que o valor já estaria previsto no Orçamento. Para o senador, a Lei Complementar 173 de 2020 impôs restrições severas à contagem de tempo para vantagens funcionais com o objetivo de conter gastos públicos em um momento de crise.

Tais restrições, na avaliação do parlamentar, embora justificadas no contexto emergencial da covid-19, acabaram produzindo prejuízos duradouros aos servidores, que continuaram exercendo suas funções, muitas vezes em condições difíceis, sem que pudessem usufruir de direitos que normalmente decorreriam do tempo de serviço.

Para Arns, a nova lei "restabelece esse equilíbrio, reconhecendo o esforço e o trabalho prestado, sem romper com a lógica de responsabilidade fiscal".

O senador alterou o texto original do projeto para substituir a expressão "a servidores públicos" para "ao quadro de pessoal", ou seja, a mudança valerá para servidores públicos efetivos e para empregados públicos contratados por meio da CLT.

SINOP

STJ mantém afastado diretor de presídio suspeito de tortura

FELIPE DE PAULA/AE

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antonio Herman Benjamin, negou na segunda-feira passada, o habeas corpus apresentado por Adalberto Dias de Oliveira e Antônio Carlos Negreiros dos Santos, diretor e subdiretor da Penitenciária 'Ferreagem', em Sinop, que tentavam reverter o afastamento cautelar enquanto são investigados por tortura contra presos e por um suposto plano de atentado contra autoridades judiciais que fiscalizavam a unidade.

O afastamento da direção do presídio por 180 dias foi determinado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em 19 de dezembro, após a Corregedoria-Geral de Justiça apre-

sentar um relatório de inspeção com imagens do circuito interno da penitenciária que registravam diversas práticas de tortura.

O relatório indica que uma das táticas prediletas e amplamente utilizada pelos agentes penitenciários - sob autorização dos diretores - era o 'procedimento chantilly' - spray de pimenta aplicado nas mãos do policial, que em seguida esfregava o produto no rosto e nos olhos dos presos.

A ordem que afastou os diretores, assinada pelo desembargador Orlando de Almeida Perri, cita que o 'procedimento chantilly' consiste em um "método de tortura com agente químico" e que a prática é adotada no presídio há pelo menos cinco anos.

Nota

PREFEITURA DO RIO REMOVE ESCADA COM 'VISTA INSTAGRAMÁVEL' POR RISCO DE DESABAMENTO

A prefeitura do Rio de Janeiro removeu nesta terça-feira, uma escada de vidro com vista para a orla do Leblon, construída sem licença ou aprovação técnica em restaurante no Vidigal, na Zona Sul da capital fluminense. Conhecida como "escada do infinito", a estrutura localizada no Mirante do Arvrão foi construída para que visitantes e turistas fizessem fotos com a vista livre. A escada media cinco metros de comprimento, tinha doze degraus até o topo e um guarda-corpo de 1,1 metro, pesando aproximadamente uma tonelada.

VANESSA ARAUJO/AE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) deverá deixar o cargo em 22 de março para disputar a Presidência da República. Ventilado como possível vice na chapa encabeçada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o mineiro já negou a possibilidade e afirmou

que seguirá até o fim com sua candidatura. A informação foi dada pelo jornalista Lauro Jardim do O Globo. Com a desincompatibilização, Zema deve intensificar viagens pelo País em busca de apoio político e eleitoral. Assessores do governador dizem que a data do desligamento é "provável".

O nome de Zema foi ventilado

pelo presidente do partido Progressistas, Ciro Nogueira (PI), como o ideal para vice de Flávio Bolsonaro. Tanto o senador quanto Zema, no entanto, descartaram a hipótese e indicaram que, ao menos por ora, seguirão caminhos distintos. Zema lançou sua candidatura à Presidência da República em 16 de agosto de 2025 durante o

CONFLITOS

Número de mortos em protestos no Irã sobe para ao menos 2 mil

O número de mortos nos protestos em todo o Irã subiu para pelo menos 2 mil ontem, segundo ativistas, mesmo com iranianos conseguindo fazer ligações telefônicas para o exterior pela primeira vez em dias, após as autoridades terem cortado as comunicações durante a repressão.

O total de mortos, reportado pela *Human Rights Activists News Agency*, com sede nos Estados Unidos, supera em muito o de qualquer outra onda de protestos ou distúrbios no Irã em décadas, lembrando o caos que cercou a Revolução Islâmica de 1979. As manifestações, que começaram como protestos contra a economia debilitada do país, rapidamente passaram a mirar a teocracia, em especial o líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei.

Imagens obtidas ontem pela *Associated Press*, de protestos em Teerã, mostram pichações e cânticos pedindo a morte de Khamenei - algo que, segundo a lei iraniana, pode acarretar pena de morte.

O crescente número de mortos pode aumentar a pressão sobre o presidente dos EUA, Donald Trump, para que tome medidas, após ele ter alertado o Irã de que poderia intervir militarmente para proteger manifestantes pacíficos. O ministro das Relações Exteriores do Irã afirmou que a comunicação com Washington permanece aberta, mas reconheceu que as diferenças entre os países continuam enormes.

O grupo ativista informou que, entre os 2 mil mortos em mais de duas semanas de protestos, 1.847 eram manifestantes e 135 tinham ligação com o governo. Outras nove crianças foram mortas, e nove civis que, segundo o grupo, não participavam dos protestos, também perderam a vida. Mais de 16,7 mil pessoas foram detidas.

Skylar Thompson, da *Human Rights Activists News Agency*, disse à Associated Press que o número de mortos era chocante, principalmente porque quadruplicou, em apenas duas semanas, o total de mortes dos protestos con-

tra a morte de Mahsa Amini, que duraram meses em 2022.

Ela alertou que o número ainda deve aumentar. "Estamos horrorizados, mas ainda achamos que o número é conservador", acrescentou.

Logo após a divulgação do novo balanço, Trump escreveu na Truth Social: "Patriotas iranianos, continuem protestando - ocupem suas instituições". Ele também afirmou que cancelou todas as reuniões com autoridades iranianas até que "o massacre sem sentido de manifestantes pare". "A ajuda está a caminho."

Com a internet fora do ar no Irã, acompanhar as manifestações a partir do exterior tornou-se mais difícil. A *Associated Press* não conseguiu verificar de forma independente o número de vítimas, e o governo iraniano não divulgou estatísticas oficiais.

As ligações telefônicas de iranianos deram uma ideia de como era a vida após o isolamento imposto pelo governo na noite de quinta-feira, 8.

Testemunhas relataram forte presença policial no centro de Teerã, prédios governamentais incendiados, caixas eletrônicos destruídos e poucos pedestres nas ruas. Enquanto isso, a população permanece preocupada com os próximos passos, incluindo a possibilidade de ataques, após Trump ter afirmado que poderia usar as Forças Armadas para proteger manifestantes pacíficos. O republicano também disse que o Irã deseja negociar com Washington.

"Meus clientes comentam sobre a reação de Trump e se perguntam se ele planeja um ataque militar contra a República Islâmica", disse o comerciante Mahmoud, que revelou apenas o primeiro nome por segurança. "Não acho que Trump ou qualquer outro país estrangeiro se importe com os interesses dos iranianos."

Reza, um taxista que também se identificou apenas pelo primeiro nome, afirmou que os protestos continuam presentes na mente de muitas pessoas. "As pessoas - principalmente os jovens - estão sem esperança, mas falam em continuar os protestos", disse ele.

Irã vai enforcar manifestante em primeira execução ligada a protestos contra o regime

O Irã estaria pronto para enforcar o primeiro manifestante preso por causa das manifestações contra o regime, segundo grupos de direitos humanos. Erfan Soltani, 26, pode ser enforcado hoje depois de ter sido preso na semana passada durante os protestos em Karaj, disseram os grupos de ONGs Direitos Humanos do Irã (IHRNGO) e União Nacional pela Democracia no Irã (NUFD).

"Sua família foi informada de que ele havia sido condenado à morte e que a sentença será executada em 14 de janeiro", fontes relataram ao IHRN-NGO.

O Diretor do IHRNGO, Mahmood Amiry-Moghadam, disse em um comunicado que "o assassinato generalizado de manifestantes civis nos últimos dias pela República Islâmica lembra os crimes do regime nos anos 80, que foram reconhecidos como crimes contra a humanidade".

Segundo informações obtidas pelo site *IranWire*, que acompanha a situação no país, Erfan Soltani, de 26 anos, foi mantido em detenção sem acesso a um advogado, e as autoridades não o acusaram formalmente. Nenhuma au-

diência no tribunal foi realizada em seu caso. Sua família também foi ameaçada, com oficiais avisando que, se falassem publicamente ou contatassem a mídia sobre a situação, outros membros da família seriam presos

A notícia foi inicialmente reportada por Ebrahim Allah-Bakhshi, um ativista político exilado, que postou no X: "Erfan Soltani foi preso na quinta-feira, 8 de janeiro, e está agendado para ser executado na quarta-feira, 14 de janeiro."

Erfan foi preso no fim da tarde de quinta-feira, 8 de janeiro, perto de sua casa no distrito de Fardis, em Karaj. Por três dias, sua família não teve informações sobre seu paradeiro.

No domingo, 11 de janeiro, agentes de segurança finalmente os contataram, confirmando que ele estava sob custódia e dizendo-lhes que ele já havia sido sentenciado à morte.

Após pedidos desesperados e repetidos, a família teve permissão para um único encontro de dez minutos com Erfan - um encontro que as autoridades deixaram claro que deveria ser a última despedida antes da execução da sentença.

TPI

Juristas pedem que ‘tribunal’ investigue ação na Venezuela

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Um grupo de juristas e de organizações sociais e de direitos humanos pediu ao Tribunal Penal Internacional (TPI) a abertura de investigação preliminar para apurar possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelos Estados Unidos (EUA) em águas internacionais do Caribe e na invasão da Venezuela.

“A comunicação denuncia crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crime de agressão, tomada de reféns, pilhagem, desaparecimentos forçados e graves violações do direito internacional humanitário”, afirma, em comunicado, a Associação Americana de Juristas (AAJ), uma das entidades envolvidas na denúncia.

O parecer pede que o TPI analise as responsabilidades penais do presidente dos EUA, Donald Trump, do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, nas ações descritas no documento.

TOMADA DE REFÊNS

Os especialistas consideram que o sequestro do presidente Nicolas Maduro e de sua esposa, Cilia Flores, configura crime de “tomada de reféns” e crime de privação ilegal de liberdade de pessoas protegidas pela Convenção de Genebra, como é o caso dos chefes de Estado.

Ao examinar as declarações

do presidente dos EUA, Donald Trump, e de outras autoridades de Washington, os juristas avaliam que a captura de Maduro teve como objetivo controlar os recursos naturais da nação sul-americana, dona das maiores reservas de petróleo comprovadas do mundo.

“Pode-se, portanto, inferir que a libertação do presidente está condicionada a concessões políticas, institucionais ou militares por parte do Estado venezuelano ou de outras autoridades”, diz o comunicado da AAJ.

Para os especialistas, a detenção do presidente como instrumento de pressão contra o Estado venezuelano “constituiria o crime de guerra de tomada de reféns nos termos do Artigo 8 do Estatuto de Roma”.

ATAQUES

O grupo de juristas e organizações pede ainda que o TPI investigue os ataques dos EUA contra embarcações no Cariba a partir do final de 2025, o que já teria causado a morte de 104 pessoas, sob a justificativa de operações de combate ao narcotráfico.

“Essas ações resultaram na destruição de embarcações e na morte de civis, sem autorização judicial, sem aviso prévio e sem respeito aos princípios de distinção, necessidade e proporcionalidade consagrados no direito internacional humanitá-

rio”, diz a associação.

ATAQUES A ÁREAS CIVIS

O pedido direcionado ao TPI solicita ainda que o tribunal investigue a invasão da Venezuela, executada sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem o consentimento do Estado venezuelano e sem uma declaração formal de guerra, “em violação direta ao Artigo 2(4) da Carta das Nações Unidas”.

O comunicado destaca que a ação resultou na morte de 100 civis, dezenas de feridos e destruição de propriedades civis, como na Ciudad Tiuna, em Caracas, conjunto habitacional que abriga cerca de 20 mil civis, e áreas vizinhas, como os distritos urbanos de Coche e El Valle.

“Milhares de famílias foram forçadas a fugir de suas casas durante as primeiras horas da madrugada, constituindo um episódio sem precedentes de deslocamento forçado dentro da Venezuela”, diz o documento.

A denúncia classifica ainda que a apreensão, pelos EUA, de petroleiros que saem da Venezuela de “pilhagem” e “apropriação ilegal de bens civis”.

“Solicita-se ainda a investigação do crime de desaparecimento forçado, tendo em vista que a situação atual das tripulações das embarcações apreendidas ilegalmente não foi divul-

gada e não há prova de vida”, diz o parecer apresentado ao Tribunal Penal Internacional.

ATUAÇÃO DO TPI

Apesar dos Estados Unidos (EUA) não serem signatários do TPI e, por isso, não terem obrigações com o tribunal internacional, a Corte pode, em tese, julgar casos envolvendo autoridades de países não signatários.

Uma das possibilidades é julgar crimes cometidos em territórios de países que compõem o tribunal ou que de crimes de competência do TPI, como crimes de agressão e outros.

Exemplos recentes foram os mandados de prisão do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, por supostos crimes de guerra na Faixa de Gaza; e do presidente da Rússia, Vladimir Putin, devido à guerra na Ucrânia.

Nem Rússia, nem Israel são signatários do TPI. Por outro lado, o Estatuto de Roma determina que os 124 países signatários, entre eles o Brasil, têm a obrigação de cumprir as ordens de prisões do tribunal sediado em Haia, nos Países Baixos.

Criado em 2002 com base no Estatuto de Roma, o TPI julga pessoas acusadas de crimes contra a humanidade, como crimes de genocídio e crimes de guerra, quando os judiciários nacionais não atuam para reprimir esses delitos.

GROENLÂNDIA

Autoridade considera ‘inconcebível’ que EUA assumam controle da ilha

Uma alta autoridade do governo da Groenlândia disse ontem, que é “inconcebível” que os Estados Unidos estejam discutindo assumir o controle de um aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e insistiu que o governo Trump deve escutar os interlocutores da nação.

A ministra de Negócios e Recursos Minerais da Groenlândia, Naaja Nathanielsen, disse que o povo da Groenlândia está “muito, muito preocupado” com a retórica dos EUA.

"As pessoas não estão dormindo, as crianças estão com medo, e isso ocupa todos os pensamentos atualmente. E nós realmente não conseguimos entender", disse Nathanielsen em uma reunião com legisladores no Parlamento britânico.

Nathanielsen afirmou que os groenlandeses entendem que os EUA veem a Groenlândia como parte de sua esfera de segurança nacional.

"Nós entendemos. Queremos trabalhar com isso", disse ela, acrescentando que "entendemos a necessidade de aumentar o monitoramento no Ártico como consequência da crescente insegurança geopolítica". Nathanielsen disse que a Groenlândia entende a necessidade de "mudar

as coisas, fazer com que elas sejam diferentes... Mas acreditamos que isso pode ser feito sem o uso da força".

Ela disse que "é simplesmente incompreensível" que a Groenlândia possa estar enfrentando a perspectiva de ser vendida ou anexada.

Anteriormente, um funcionário do governo dinamarquês confirmou que a Dinamarca prestou apoio às forças americanas no Atlântico Oriental na semana passada, quando estas interceptaram um petroleiro por violação das sanções americanas.

O funcionário, que não estava autorizado a comentar publicamente sobre o assunto delicado e falou sob condição de anonimato, recusou-se a fornecer detalhes sobre o que o apoio envolveu. A interceptação dos EUA no Atlântico encerrou uma perseguição de semanas ao petroleiro, que começou no Mar do Caribe, quando os EUA impuseram um bloqueio nas águas da Venezuela com o objetivo de capturar embarcações sancionadas que entravam e saíam do país sul-americano.

A Casa Branca e o Pentágono não responderam imediatamente aos pedidos de comentários. O apoio dinamarquês à operação dos EUA foi noticiado pela pri-

meira vez pela Newsmax.

O vice-presidente dos EUA, JD Vance, e o secretário de Estado, Marco Rubio, se reunirão com os ministros das Relações Exteriores da Dinamarca e da Groenlândia hoje na Casa Branca para discutir o interesse de Trump em adquirir a Groenlândia, de acordo com um funcionário dos EUA e duas fontes familiarizadas com os planos que falam sob condição de anonimato porque a reunião ainda não foi anunciada formalmente.

O ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen, disse anteriormente que Vance organizaria uma reunião com ele e Vivian Motzfeldt e Rubio.

Groenlândia não está à venda, diz primeiro-ministro.

Em uma coletiva de imprensa conjunta com a primeira-ministra dinamarquesa Mette Frederiksen em Copenhague, o primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, reiterou que a Groenlândia não está à venda, informou a mídia dinamarquesa.

Segundo ele, a Groenlândia não quer ser propriedade ou governada pelos EUA. Frederiksen também destacou a disposição da Dinamarca em investir na segurança do Ártico.

ICE EM NÚMEROS

Na atual administração de Donald Trump, o orçamento do ICE triplicou, chegando a US\$ 29,9 bilhões ao ano, segundo cálculos da Conselho Americana de Imigração, que fornece apoio a imigrantes nos EUA.

O valor destinado a fiscalizar a imigração ilegal que ameaçaria a segurança do país.

quase todas as nações do mundo, com exceção de 16 países, segundo dados de despesas militares da SIPRI Fact Sheet, referência mundial no tema.

A instituição ainda contratou mais 12 mil agentes no primeiro ano do governo Trump, chegando a 22 mil policiais, aumento de 120% em relação ao efetivo anterior.